

# DINIS, O INFANTE, E NUNO, O CONDESTÁVEL: DOIS MODELOS DE NOBRE NA ÉPOCA DE ALJUBARROTA.

DINIS, INFANT AND NUNO, THE CONSTABLE: TWO MODELS OF NOBLE IN THE AGE OF ALJUBARROTA.

**Fátima Regina Fernandes**

Universidade Federal do Paraná

**Correspondência:**

Núcleo de Estudos Mediterrânicos – NEMED/UFPR  
Rua General Carneiro, 460 - sala 715  
Curitiba Paraná CEP: 80060-150

**Resumo:**

O presente trabalho pretende analisar a trajetória de dois personagens da História Medieval portuguesa que tiveram um papel destacado na sociedade política ibérica na segunda metade do século XIV, o Infante Dinis de Castro e o Condestável Nuno Álvares Pereira. Ao observarmos os posicionamentos dos protagonistas relativamente às táticas militares, aos valores políticos e à natureza das relações com a monarquia, identificamos os traços distintivos de duas nobrezas; uma nobreza de sangue e outra de serviço. Agentes das duas categorias cristalizam seus modelos específicos em obras de caráter cronístico que perpetuam uma imagem ideal de suas ações. As gerações futuras usufruiriam desta fama ideal e construiriam um poder real em seus contextos históricos, motivados a alimentarem os mitos de heróis que levantariam bandeiras em seu nome, ainda muitos séculos depois da época em que viveram.

**Palavras-Chave:**

Dinis de Castro; Nuno Álvares; Portugal Medieval.

**Abstract:**

This work intends to analyze the trajectory of two characters from Medieval Portuguese who had a prominent role in society Iberian politics in the second half of the fourteen century, the Infante Dinis de Castro and Constable Nuno Alvares Pereira. By observing the positions of the protagonists with regard to military tactics, the political values and the nature of relations with the monarchy, we identify the distinctive features of two nobilities: the nobility of blood and the other of service. Two categories of agents seek their models and crystallize this demand in specific works that perpetuate an ideal image of their actions. Future generations would enjoy this reputation and build an ideal real power in their specific historical contexts, motivated to feed the myths of heroes who raise their flags on their behalf, even many centuries after they lived.

**Keywords:**

Dinis de Castro; Nuno Álvares; Medieval Portugal.

Neste dia 14 de agosto completam-se seiscentos e vinte e quatro anos da Batalha de Aljubarrota em Portugal quando os nobres e peões portugueses venceram uma maioria de opositores liderados por Castela. As discussões acerca das razões políticas deste embate, assim como as estratégias que granjearam a vitória lusa atravessarão nosso trabalho, mas nos deteremos na construção do perfil de nobres portugueses que partilham desta conjuntura: o Condestável Nuno Álvares Pereira e o Infante Dinis. O primeiro, representante de uma nobreza de serviço alçada juntamente com Avis e o segundo um Infante ilegítimo descartado por este mesmo contexto. A batalha em si deu certo rumo ao conflito que ainda perdurou por alguns anos, no entanto, a ascensão da dinastia de Avis e as forças limitadoras a esta proposta escondiam antagonismos de concepções políticas, bélicas, de valores que opunham representantes de facções da nobreza tradicional de sangue a elementos da nobreza de serviço, mais que portugueses a castelhanos. Ambos os personagens selecionados seriam criados junto à Corte régia e participariam diretamente das ações que se desenrolariam no reino português na segunda metade do século XIV, servem-nos, portanto de testemunhos da época de transição em que viveram.

O Infante Dinis de Castro, filho bastardo do rei Pedro I com Inês de Castro seria bastante incisivo em suas opções políticas, possivelmente por encontrar-se numa remota posição de sucessão ao trono. Seu pai deixara herdeiro legítimo, D. Fernando e as expectativas de sucessão de seu meio-irmão seriam igualmente limitadas diante do potencial de seu irmão mais velho, o Infante João de Castro. Tais condições adversas não seriam suficientes, no entanto, para que desistisse de suas pretensões ao trono português apoiado por linhagens descontentes com os rumos da monarquia. Assim, em 1372 recusa-se a beijar a mão da nova rainha, Leonor Teles, acusada de bigamia fazendo eco à posição de João Lourenço da Cunha<sup>1</sup>, o que reflete o início das conexões entre os Castro e os Cunha, as quais seriam duradouras e decisivas na manutenção futura de uma alternativa às opções de Avis.<sup>2</sup>

O fato é que tal posicionamento granjeia franca oposição do rei português, acirrada, pela iniciativa do Infante Dinis de Castro liderar levantamentos contra este casamento régio. Escaparia de ser morto pelo próprio rei e a partir deste episódio não retornaria mais ao reino português senão para combatê-lo.<sup>3</sup> Após o retomar das hostilidades contra Castela invadiria o território português acompanhado de Martim Vasques da Cunha e Diogo Lopes Pacheco e apoiaria o cerco a Lisboa de 1373 contando com moradores da cidade lisboeta, fiéis a Pacheco, que deveriam facultar a entrada do

---

1 Diogo Lopes confirma, inclusive, esta informação nas Cortes de Coimbra de 1385 a fim de fortalecer a ilegitimidade da filha de D. Fernando com Leonor Teles.

2 LOPES, Fernão, *Crónica de D. Fernando*, ed. Salvador Dias ARNAUT, Porto: Civilização, 1966, p. 213. LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, 1ª p, introd. Humberto Baquero MORENO e prefácio de António SÉRGIO, Barcelos. Porto: Civilização, 1991, p. 397.

3 LOPES, F., *Crónica... op. cit.*, p. 166-194; AYALA, Lopez de, *Crónica del Rey Don Pedro y del Rey Don Henrique, su hermano*, EVIII (1373): 3:1-10 e 5:1-6.

rei castelhano<sup>4</sup>. Apesar de serem todos naturais do reino português, os três nobres seriam perdoados do crime de traição por D. Fernando através de cláusula obrigatória do Tratado de Santarém de 1373.

Durante estes episódios encontramos o jovem Nuno Álvares, considerando-se ter nascido em 1360, com treze anos em 1373, seria armado escudeiro pelas mãos da própria rainha Leonor Teles com o arnês do Mestre de Avis.<sup>5</sup> Teria presenciado a recusa do Infante Dinis em beijar a mão de sua rainha, mas não tinha idade suficiente para atuar na defesa da mesma.

Enquanto isso, o grupo composto pelo Infante Dinis, Cunha e Cunha seria responsável ainda, por uma tentativa frustrada de regicídio contra D. Fernando. A resposta viria no testamento régio de 1378, onde todos os Infantes Castro seriam afastados de qualquer pretensão sucessória identificando-os como ilegítimos e no caso de Dinis e sua irmã Beatriz, traidores do reino<sup>6</sup>. Mais uma vez abortavam-se as pretensões dos Castro e de seu grupo em Portugal.

O Infante Dinis passaria a viver em Castela onde Enrique II Trastâmara o manteria como potencial alternativa ao rei português<sup>7</sup> até pelo menos 1379 quando o Infante João exila-se neste reino. O protagonismo das ações passaria a este último e o Infante Dinis não participaria dos enfrentamentos luso-castelhanos de 1380-3, por se encontrar cativo em Castela.<sup>8</sup> Enquanto isso, o Infante João punha cerco contra Elvas que havia sido sua cidade, durante 25 dias, manifestando a predileção por uma guerra de sítio, típica da nobreza de sangue e na defesa de interesses temporariamente comuns entre o rei castelhano e o Infante Castro.

Nuno Álvares, por sua vez, começaria a dar sinais de sua audácia e estilo bélico no episódio da defesa de Lisboa do cerco castelhano de 1382.<sup>9</sup> Ao contrário do Infante Dinis, Nuno prezaria pela defesa da integridade das terras alentejanas, mas também das

---

4 Fernão Lopes relata a desconfiança dos moradores em relação a alguns que seriam servidores e aliados de Diogo Lopes. Desconfiança que leva à morte de pelo menos um deles (LOPES, F., *Crónica de D. Fernando...* op. cit., p. 199-200). O plano, no entanto, não dá certo e com isto Enrique II desgosta-se do conselho de Diogo devido à demora excessiva em tomar a cidade, o que só acontece após a intervenção marítima de Miçe Ambrósio Boca Negra (LOPES, CDF, caps. XXX-XXXI, pp. 209-213 e AYALA, Lopez de, *Crónica del Rey Don Pedro y del Rey Don Henrique, su hermano*, EVIII (1373): 3:1-10 e 5:1-6).

5 LOPES, Fernão, *Crónica de D. João*, p. 67-8 e *Chronica do Condestabre de Portugal Dom Nuno Alvarez Pereira*, ed. Mendes dos REMÉDIOS, Coimbra, 1911, p. 3- 6.

6 ARNAUT, Salvador Dias, *A Crise Nacional dos Fins do Século XI: a Sucessão de D. Fernando*, Coimbra, Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1960, 2 vols, p. 294.

7 Fora-lhe prometido o casamento com uma filha natural do rei castelhano; acordo que consta do testamento de Enrique II de 29 de maio de 1374 (ARNAUT, op.cit, p. 227-8).

8 Segundo Arnaut teria sido preso dois anos antes de seu irmão, portanto, em 1381 (ARNAUT, op.cit, p. 228-9.)

9 Em 1382 Gonçalo Mendes de Vasconcelos falha na defesa dos arrabaldes de Lisboa e Pedro Álvares Pereira que substituiu seu pai no Priorado da Ordem do Hospital e tomara seu lugar; neste episódio Nuno Álvares que acompanhava seu meio-irmão apareceria como combatente destemido (*Chronica do Condestabre de Portugal...* op. cit., p. 16-26 e SANTOS, Frei Manoel dos, *Monarquia Lusitana*, Lisboa: INCM, 1988, parte VIII, p. 366-7).

idades portuguesas, espaços de maior horizontalidade social. O patrimônio municipal muitas vezes seria sacrificado, mas sempre para acelerar a tomada de cidades opositoras evitando os cercos demorados e custosos que Dinis e a nobreza mais tradicional apoiavam como estratégia eficiente e que o Infante João havia imposto a algumas cidades portuguesas. Os efeitos propagandísticos da tomada de um lugar ou cidade após rápido ataque seriam destacados como importantes para intimidação do inimigo nas próprias palavras de Nuno Álvares, como veremos mais à frente. Começava-se a definir, assim, seu estilo bélico.

A morte do rei D. Fernando em outubro de 1383 e a invasão do reino por Juan I Trastâmara seria um momento de fração aberta destes quadros sócio-políticos do reino. O Infante Dinis preso em Castela juntamente com seu irmão seria mero espectador da crise que se instala. Enquanto isso, Nuno Álvares Pereira passaria a protagonista das ações, apoiante incondicional da causa do Mestre de Avis, enquanto este recusa, hesita em aceitar seu destino, Nuno Álvares aparece como jovem dotado de grande iniciativa ainda que dominado por um idealismo quase pueril durante toda a sua vida, atirando-se destemidamente na ação. O sucesso da causa abraçada daria seus frutos e seria eternizada nos relatos da crônica régia de D. João I que abre imensos espaços narrativos para falar exclusivamente de Nuno Álvares, assim como em sua crônica particular que daria aos Pereira uma dimensão de linhagem co-fundadora da dinastia de Avis.

Nos relatos de Fernão Lopes observamos o cuidado em associar a recepção do cargo de Condestável em 1385 com a construção de um perfil de sua identidade. Aqui, destacam-se as virtudes pessoais do nobre exemplar, à moda humanista, dotado de *temperantia, fortitudo, fidelitas*, valores clássicos aos quais se acrescenta uma ética cristã, afirmando que os homens de sua hoste representariam *honesta religião de defensores*, convertidos pela firmeza de seu senhor. Um perfil com alguns paralelos com o Mestre, o *Mexias de Lisboa*, mas que ao longo de sua trajetória se acentua como seu próprio, do Condestável.

Sobre os condicionantes da opção de Nuno Álvares ao partido do Mestre, podemos dizer que era justamente nestes momentos de incerteza que jovens como Nuno Álvares encontravam espaço de ascensão. Um jovem representante desta nobreza em renovação, singular, sob alguns aspectos, polêmico, mas acima de tudo com um perfil que corresponderia às necessidades do reino naquele momento.

A causa do Mestre, tibia em seus apoios e iniciativas, apresentaria muitos indecisos frente a tão incerta demanda. Álvaro Peres de Castro e seu filho, confiantes na força do Infante D. João aprisionado em Castela seriam dos primeiros a questionar o verdadeiro potencial do Mestre em vencer o rei castelhano, pelo que seria chamado à atenção por Nuno Álvares. No relato da *Crônica de D. João I*, Fernão Lopes destacaria a ousadia do jovem em confrontar abertamente um nobre de tão alta categoria. Álvaro Peres considera os capitães do mestre de Avis demasiado jovens e inexperientes para combater com os de Castela. Opinião que denota um conceito oligárquico de guerra, fundado totalmente na cavalaria e no poder senhorial, noção que justamente neste momento começava a ser substituída pela de guerra dos peões, dando

prioridade à ação da infantaria e da estratégia militar mais que da força numérica senhorial.

Nuno Álvares, despontava, assim, em meio a um contexto de acirrado rotativismo das partidarizações, pleno de episódios de traições contra os protagonistas parciais de ação e resistência, Juan I Trastâmara e o Mestre de Avis promovidos pelos Teles, Castro e Cunha. Todos rivais de Nuno Álvares, alvo que devia ser eliminado em benefício da recuperação do *status quo* da nobreza de sangue em Portugal.

Vários são os estudos clássicos e altamente reconhecidos que nos falam dos períodos-chave de recomposição dos quadros nobiliárquicos nos reinos ibéricos, especialmente Portugal e Castela, seja relativizando seus efeitos, seja reforçando alterações efetivas. Quase todos reconhecem a Batalha de Aljubarrota como um momento importante deste fenômeno em função das baixas nos quadros sócio-políticos dos dois reinos envolvidos e das estratégias dos monarcas na reconstrução de sua sociedade política. Salvador de Moxó, Mitre Fernandez e Baquero Moreno destacam esta significativa quebra demográfica e as estratégias de composição sócio-política das dinastias de Trastâmara e Avis respectivamente<sup>10</sup>. O recente estudo de Quintanilla Raso aplicado à nobreza trastamarista atualiza esta discussão apresentando a dialética gerada por esta crise generalizada de valores dentro do próprio universo intelectual do século XV<sup>11</sup>. Os autores que defendiam a autonomia da nobreza de sangue vêm-se confrontados com outros que catapultados pelo serviço direto à monarquia Trastâmara defendiam a validade da nobilitação a partir de dois eixos básicos, o mérito pessoal e o reconhecimento régio. Na continuidade, estes seriam afetados quanto à manutenção de suas qualidades e sendo aprovados partilhariam da mesma nobreza herdada requisitada pelos mais conservadores. Posturas distintas que tinham diretamente a ver com a história individual de cada um, mais que com mobilidade ou dinamismo nobiliárquico como ressalta a autora. Sem as perdas demográficas e políticas do período de ascensão de Enrique II em Castela e da crise de 1383 em Portugal, não haveria espaço ou condições de ascensão destes grupos nobiliárquicos de baixa extração ou mesmo extra-nobiliárquicos no panorama sócio-político, a nível empírico e teórico luso-castelhano do século XV. Adaptação é a palavra-chave e o resultado é a renovação e atualização nobiliárquica geradora de uma nobreza menos autônoma e com um papel mais direcionado ao serviço à monarquia como fonte de sua grandeza.

---

10 MOXÓ ORTIZ DE VILLAJOS, Salvador de, De la nobleza vieja a la nobleza nueva, in: *Cuadernos de Historia*, Madrid, Instituto Jerónimo Zurita, vol.3, 1969, p.1-210; MITRE FERNANDEZ, Emilio, La emigración de nobles portugueses a Castilla a fines del siglo XIV, in: *Hispania: Revista Española de Historia*, Madrid, CSIC/ Instituto Jerónimo Zurita, vol. 104, 1966, p. 513-525; BAQUERO MORENO, Humberto Carlos, Exilados portugueses em Castela durante a crise dos finais do século XIV (1384-88), in *II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, Porto, Centro de História da Universidade do Porto/ INIC, vol. 2, 1989, p. 69-101.

11 QUINTANILLA RASO, Maria Concepción, La renovación nobiliária em la Castilla bajomedieval: entre el debate y la propuesta, in *La Nobleza Medieval en la Edad Media. Actas Del Congreso de Estudios Medievales*, Fundación Sánchez-Albornoz, Leon, 1999, p. 255-296.

O nobre Nuno Álvares Pereira representava a nobreza regenerada que gerava desconforto na monarquia, acostumada a regras militares e diplomáticas formais. Mesmo quando João I vai a Ceuta ainda teria uma motivação medieval básica, empreitada cruzadística que ensaiava algumas estratégias novas apenas aplicadas nos séculos seguintes. Oposição também da nobreza de sangue que apresentava um perfil de atuação nos moldes de uma tradição comportamental e política clássica. Um homem de vanguarda que faz sua trajetória ascendente e trabalha para manter suas prerrogativas frente a um contexto especialmente concorrencial apoiando-se em homens simples de baixa extração social que compartilham de suas habilidades e alguns interesses. A ética moralizante de Nuno Álvares serviria de modelo aos servidores de Avis, adaptado às realidades de transição do século XIV-XV e moldado em valores específicos desta nobreza construídos a partir de seus instrumentos ideológicos tradicionais: literatura genealógica, cantigas e romances, mas também a partir destes séculos finais da Idade Média, na cronística nobiliárquica particular e na inserção na cronística régia. A historiografia seria fonte de legitimidade desta nobreza regenerada oficializando uma nova relação da monarquia com a nobreza a partir de Avis, num fenômeno paralelo àquele que identifica Quintanilla Raso para a nobreza trastamarista do século XV.

Enquanto isso, o Infante Dinis de Castro, representante da nobreza de sangue que percebe o domínio das facções mais dinâmicas da nobreza peninsular se impondo em meio a esta crise. Toma consciência de sua condição de bandeira usada pelo rei castelhano e por facções nobiliárquicas portuguesas que buscam inutilmente recuperar espaço junto às monarquias ibéricas, visto que os Infantes Castro haviam se tornado excedentes no panorama sócio-político pós-Aljubarrota. Precisaria, portanto, rever suas estratégias de estabelecimento, ainda que com pouco sucesso, visto que seus rígidos paradigmas éticos e culturais o arrastariam ainda em muitas desventuras ao longo de sua vida.

Assim, quando se viu liberado da vigilância imposta pelo rei castelhano, seria recebido no Porto em 1387 por João I de Avis<sup>12</sup>, onde encontraria um acolhimento apenas formal. Após isto, embarcaria numa aventura desafortunada que o manteria afastado de tudo até 1391, ainda que existam menções a esparsos contatos mantidos neste meio tempo com seus partidários em Portugal. Viajaria em direção à Inglaterra, mas não chegaria a seu destino tendo sido aprisionado por bretões que debalde pediram resgate por sua liberdade. Acabaria sendo solto e retornaria a Castela de onde seu irmão o enviaria novamente em embaixada à Inglaterra de Ricardo II. Desconfiasse de ter sido uma armadilha para que fosse novamente retido, visto que Ricardo II nunca o receberia depois de ver as cartas de portugueses seus aliados e de Avis que o aconselham a livrar-se definitivamente do potencial espião. O Infante Dinis fugiria de Inglaterra, no entanto, naufragaria e seria novamente cativo por volta de outubro de 1388. Ficaria preso por mais de um ano até que o Duque de Borgonha e Conde da Flandres, Filipe, o Temerário, negociaria, com pouca disposição a sua liberdade. Os

---

12 ARNAUT, *op.cit.*, p. 229.

partidários de Dinis em Portugal, possivelmente os Cunha e Pacheco, teriam mantido nesta época uma correspondência secreta com o cativo e Arnaut considera que daí o Conde da Flandres o ter considerado peça interessante no xadrez da Guerra dos Cem Anos. Dinis de Castro viveria um ano em Bruges sob vigilância e manutenção do Conde visto encontrar-se na miséria, após o que chegaria a meados de 1391 a Navarra de onde Carlos II pagaria as dívidas do Infante.<sup>13</sup>

O Infante Dinis retornaria a Castela depois do abandono a que fôra votado e casaria-se com uma tia de Enrique III Trastâmara. Quanto a suas pretensões em Portugal manteriam-se legalmente distantes, visto que o tratado que prolongaria as pazes entre os dois reinos manteria uma cláusula de proibição de atribuição de qualquer benefício aos Infantes Castro por parte do rei castelhano<sup>14</sup>.

Os projetos do Infante Dinis ao trono português após a morte de seu irmão em 1396-7 seriam fortalecidas junto a Enrique III com o apoio de Martim Vasques da Cunha e seus aliados no exílio e trariam episodicamente de volta estes nobres ao reino numa condição de hostilidade em troca de benefícios avultados em Castela.<sup>15</sup> No entanto, as fidelidades cobradas pelos Cunha e mesmo pelo Infante Dinis em Portugal escasseavam, tornando a empreitada de invasão pouco produtiva<sup>16</sup>.

Por sua vez, Nuno Álvares Pereira, no reino português permaneceria monopolizador dos Condados portugueses durante toda a vida, apenas partilhados após o casamento de sua filha com o Duque de Bragança e a sua própria descendência fundida à da Casa régia. No entanto, o Condestável aparecia sempre como líder de peregrinos abnegados, pobres e famintos que com sua coragem granjeariam a vitória, mas tal imagem não agradaria totalmente ao rei português e o desacordo viria a propósito dos seus métodos de ação e da crescente projeção e autonomia do vassalo, especialmente após Aljubarrota.

Fernão Lopes retrata um debate entre o rei D. João I e o seu Condestável onde o primeiro defendia o cerco como estratégia legítima e honrada de luta contrariamente às correrias e roubos pelas terras. Nuno Álvares apresenta suas razões de oposição aos cercos alegando os altos custos financeiros de manter muitos homens e armamentos estacionados durante longo espaço de tempo, cujos soldos geravam a necessidade de peitas e mesmo quebra-de-moeda para serem liquidados. Além disso, alega os altos custos dos mantimentos, cuja carruagem, além de tornar a deslocação lenta, seria alvo fácil de roubos. O risco de doenças, o tédio dos sitiadores e mesmo o baixo índice de

---

13 LOPES, F., *Crónica de D. João... op. cit.*, cap. CXXIX. (ARNAUT, *op. cit.*, p. 233-42).

14 Idem, p. 242.

15 Martim Vasques da Cunha aconselharia a Enrique III ações conjugadas sobre o território português que levariam o Infante Dinis e os Cunha, Pacheco e Pimentel a Portugal, assim como uma entrada do Mestre de Santiago pela Comarca do Condestável, simultaneamente a novo cerco naval imposto sobre Lisboa. O plano que teria a coordenação do Cunha em resultando seria pago com um Condado em Castela (LOPES, F., *Crónica de D. João... op. cit.*, cap. 159, p. 347-8 e cap. 170-1, p. 372-5). Gonçalo Vasques Coutinho permaneceria fiel a D. João I e participaria ao rei a entrada dos Cunha na Beira (Idem, cap. 172, p. 376).

16 LOPES, F., *Crónica de D. João... op. cit.*, cap. 172, p. 376-80.

conquistas efetivas seriam ainda argumentos contrários à adoção do sítio como estratégia militar pelo Condestável. A favor de se correr as terras estariam os baixos custos da empresa, além da disponibilidade de carruagem de mantimentos visto que estes seriam roubados, frescos para consumo imediato. No entanto, o fator mais decisivo seria o impacto de uma vitória em batalha nas regiões circundantes, os ecos de uma vitória que geravam a entrega voluntária de outros castelos e cidades. O debate se encerra sem que haja um convencimento de uma das partes, no entanto, para nós manifesta a mentalidade do nobre que ao ascender por seus méritos de ação e serviço imprime a mesma óptica à lógica de ação do próprio rei. .

O segundo episódio de atrito seria a distribuição de bens promovida pelo Condestável entre seus vassalos devido à pacificação anunciada do reino. Dar-lhes-ia rendas de lugares que ele tinha recebido em *préstamo* do rei e que repassava na mesma condição a seus fiéis, os quais em troca manteriam escudeiros para serviço do rei e do nobre Nuno Álvares Pereira. Este, senhor de sua própria sociedade política, afrontaria o rei com esta iniciativa e aguçaria a ambição dos outros nobres que passariam a defender uma emergencial recaptação patrimonial régia dos bens doados ao Condestável para fazer frente às necessidades inerentes aos três descendentes de D. João I já nascidos. O rei resolve-se por um chamamento régio que na verdade, atingiria o Condestável, mas também outros beneficiados, obrigados a devolver ou vender as terras recebidas do rei, protagonistas de nova vaga de exílios rumo a Castela. Já Nuno Álvares, após este episódio pensa também em abandonar o reino, desgostoso com a postura de força do rei português. Uma ameaça para D. João I preso à necessidade de manter o equilíbrio na distribuição dos benefícios entre a sua nobreza, mas ao mesmo tempo consciente de sua dependência em relação a Nuno Álvares, reflexão que resultaria no convencimento do Condestável a permanecer no reino.

Após uma vida de serviço dedicada ao seu senhor o rei, Nuno Álvares deixaria os assuntos temporais e seus bens e passaria ao serviço divino ingressando na Ordem dos Carmelitas no Convento do Carmo que ele fundara, assumindo o nome de Irmão Nuno de Santa Maria, onde permaneceria até sua morte em 1431. Enquanto o rei D. João I seguia sua demanda régia, Nuno Álvares seguia uma via de ascese completando uma vida de perfeito cavaleiro dos romances medievais arturianos.

Fernão Lopes, em sua *Crónica de D. João I* interrompe neste ponto o relato e insere uma Crônica abreviada deste personagem. Aqui, sumariavam-se todos os elementos até então dispersos no relato da História do reino e traçava-se um perfil idealizado do nobre e vassalo ideal, cuja trajetória alicerçadora dos ideais de Avis estaria definitivamente inserida na construção do passado português. Restava ao Cronista mostrar a transcendência desta vida nos destinos futuros do reino e no penúltimo capítulo da segunda parte da Crônica, fala da união do filho legitimado do rei, Infante Afonso com a sua filha, Beatriz. A junção do sangue e do patrimônio destes dois paradigmas da História portuguesa selaria o futuro da monarquia de Avis. A singularidade do Condestável posta a serviço do reino seria definitivamente

recompensada e definiria um perfil de nobreza regenerada em cujas ações os fins seriam mais determinantes que os meios.<sup>17</sup>

Já o Infante Dinis, perdido em suas opções éticas, políticas e culturais permaneceria como exemplo de traidor do reino, defensor dos interesses castelhanos, boicotador da causa avisina, enfim, o contra-modelo ou o reverso da moeda do Condestável. Seus ideais o teriam levado por caminhos diferentes cerca de um século atrás, no entanto, nesta segunda metade do século XIV cenário de importantes inflexões na hierarquia dos valores e das práticas validadas para esta nobreza peninsular, o resultado seria o ostracismo. Para tanto, contribuíam fortemente elementos do próprio contexto, tais como a Guerra dos Cem Anos, o Exílio de Avinhão e o Cisma do Ocidente, manifestando o ruir de concepções predominantes e construtoras da supremacia francesa e pontifícia na Cristandade latina desde o século XI até os fins do XIII com importantes ecos na Península Ibérica. Uma época de transição que promoveria a convivência, nem sempre pacífica de valores e concepções diferentes e conjunturalmente reconhecidas entre os vários estratos sociais e no caso que nos interessa entre facções nobiliárquicas que acompanham os movimentos das monarquias ibéricas no sentido da modernidade.

*Autora convidada, artigo recebido em 08/08/2011.*

---

17 LOPES, F., *Crônica de D. João... op. cit.*, caps. 31-9, p. 63-78, cap. 193, p.424-7 e Idem, vol.2, caps. 198-200, p.447-456 e cap. 202, p. 460-1. Vide ainda FERNANDES, Fátima R, Estratégias de legitimação linhagística em Portugal nos séculos XIV e XV, *Revista da Faculdade de Letras. Série de História*, Porto, vol. 7 (2007), p. 263-284; FERNANDES, Fátima R, Os exílios da linhagem dos Pacheco e sua relação com a natureza de suas vinculações aos Castro (segunda metade do século XIV), in: *Cuadernos de Historia de España*, Universidad de Buenos Aires / Instituto de Historia de España D.Cláudio Sánchez-Albornoz, Buenos Aires, v. LXXXII (2008), p. 31-54; FERNANDES, Fátima R, *Sociedade e poder na Baixa Idade Média portuguesa*, Curitiba: Editora da UFPR, 2003.